

COMISSÃO EUROPÉIA
EuropeAid – Oficina de Cooperación
Dirección América Latina

URB-AL
EUROPA – AMÉRICA LATINA

**Impresso de solicitação de subvenção no
contexto de uma convocatória de propostas
para a coordenação de projetos comuns**

(de tipo A e tipo B)

Partida orçamentária ALR/B7-3110/2000/0021

Nome do solicitante e referência da convocatória de propostas:	MUNICIPALIDADE DE ROSÁRIO. EUROPEAID 113 113 / C / G – Outubro 2003 – Rede N.º 12
--	---

I. PROJETO

1. Descrição

1.1 Título: Estratégias participativas com Perspectiva de Gênero de Inserção Socio-Laboral para Mulheres – Projeto Comum Tipo A.

1.2 Lugar: Rosário – Argentina

1.3 Importe que se solicita à Comissão Européia:

230.967	EUR	62,5	% dos custos totais do projeto
---------	-----	------	--------------------------------

1.4 Resumo

O presente projeto propõe gerar espaços de capacitação e coordenação entre as áreas mulher e de emprego dos municípios sócios, e também espaços de intercâmbio eficazes entre estes e a sociedade civil, para melhorar o desenho das políticas socio-laborais destinadas às mulheres.

Por estas razões se prevê a realização de um levantamento de práticas existentes nas cidades e dos recursos existentes nas mesmas, capacitações conjuntas das equipes técnicas de ambas as áreas (mulher e emprego) e a geração de espaços formais de interação com as organizações de mulheres e que trabalhem a temática.

Tudo isso se completará com dois encontros presenciais dos sócios, que permitirá o intercâmbio de idéias, a análise de diagnósticos e o debate sobre as possibilidades de replicar as boas práticas.

1.5 Objetivos

Objetivo Geral

Melhorar a inserção socio-laboral de mulheres das cidades sócias, a partir da implementação de políticas participativas com enfoque de gênero.

Objetivos Específicos

1. Fortalecer as capacidades de gestão das Áreas Mulher e Áreas de Emprego nas cidades sócias através da capacitação de suas equipes técnicas.
2. Identificar boas práticas de estratégias participativas de inserção socio-laboral de mulheres.

3. Promover a elaboração e execução de estratégias e políticas conjuntas entre as Áreas Mulher e Emprego.
4. Favorecer a participação de organizações da sociedade civil na discussão de políticas socio-laborais para mulheres.

1.6 Justificação

(a) Especificação das necessidades e limitações percebidas nos países destinatários.

Se bem que a situação das mulheres com relação a sua situação socio-laboral é diferente na Europa e América Latina, em ambos os casos elas são as mais vulneráveis. Tomando como base o Diagnóstico Inicial elaborado pela Coordenação da Rede Urb-AI Nº 12 “Promoção das Mulheres nas Instâncias de Decisões Locais” podemos apresentar um estado de situação sobre esse tema.

O acesso das mulheres não somente ao emprego senão a atividade econômica em condições de igualdade de oportunidades é, junto com o acesso a tomada de decisões, uma das prioridades que se estabelecem na agenda internacional para as políticas de igualdade.

Na América Latina em geral, 50% da população se encontra abaixo da linha de pobreza[1]. A deterioração das condições de vida dos setores médios e populares a partir da década de 80 afetou proporcionalmente mais as mulheres que aos homens. Em quase todos os países latino-americanos o percentual de lares chefiados por mulheres é superior a 20%. Ser mulher e, estar só, à frente de um lar, se converte em uma condição de risco para pobreza.

Nos países da União Européia é um fato constatável o contínuo crescimento da atividade feminina, assim como o desenvolvimento de políticas sociais de emprego nessas duas últimas décadas, que favoreceram especialmente a incorporação das mesmas ao mercado de trabalho. Apesar disto, o aumento de ocupação das mulheres no que se traduziu em um aumento da qualidade desta ocupação, existe uma precariedade similar a de outros coletivos como podem ser os jovens. O gênero continua aparecendo como elemento discriminatório[2].

Neste sentido o esboço das ações públicas de igualdade de oportunidades deve partir do conhecimento da situação das mulheres e da interpretação que esta situação tem para diferentes atores sociais envolvidos. Implicam diagnóstico de como a situação afeta às mulheres e das demandas feitas por elas, assim como a análise do efeito desta situação em distintos âmbitos e para diferentes atores sociais.

Desde essa perspectiva, as políticas destinadas a melhorar a situação socio-laboral das mulheres devem contemplar todos esses aspectos. Os mecanismos da discriminação são múltiplos e estão interrelacionados: enraízam na divisão sexual do trabalho, se gestam nos processos de socialização tanto na família como na escola, se reproduzem e reconstruem nos diferentes espaços sociais, no mercado de trabalho. Por esta razão o tratamento dos problemas que afetam as mulheres necessita da intervenção de diferentes setores e dentro do mesmo estado, deve ter como característica particular a transversalidade.

Os governos locais nos países da União Europeia têm um alto grau de desenvolvimento no desenho e implementação de políticas públicas destinadas às mulheres. Mesmo assim é nas cidades latino-americanas onde existe a maior experiência no desenho de políticas participativas, reconhecendo-se a necessidade de que a sociedade civil se envolva na planificação de todos os aspectos das cidades.

Existe em geral uma escassa articulação entre as áreas de emprego e as oficinas da mulher que impede que as aprendizagens acumuladas em ambas às áreas confluem numa mesma ação para potencializar os resultados a favor da inserção sócio-laboral das mulheres e mais amplamente da construção de sua cidadania.

Neste mesmo sentido existe debilidade na articulação entre o Estado e a sociedade civil o qual faz com que muitas vezes as políticas implementadas não cumpram com as expectativas das mulheres e da população em geral.

(b) Lista dos grupos destinatários e estimación do número previsto de beneficiários diretos e indiretos

As destinatárias são:

Os/ as integrantes dos grupos técnicos das áreas mulheres e áreas de emprego das cidades participantes ou das equipes técnicas a desenhar e implementar políticas nesses temas.

As organizações sociais que trabalham em temas relacionadas com emprego e mulher.

As beneficiárias indiretas são:

Mulheres que possam acessar as políticas que se desenham para desempregadas ou que participam da economia informal.

Diferentes atores, tanto público como da sociedade civil, de outras cidades sócias que possam ter acesso à informação e produtos do projeto.

(c) e (d) Razões em que se baseia a eleição dos grupos destinatários ou atividades. Pertinência de projeto com respeito aos grupos destinatários.

Considera-se importante promover a articulação entre as áreas de emprego e mulher dos municípios, assim como o diálogo entre o Estado e a sociedade civil para melhorar os resultados das políticas sócio-laborais para as mulheres.

Assim sendo, as atividades eleitas são de capacitação conjunta das equipes das áreas emprego e mulher e a geração de espaços de intercâmbio e reflexão com a sociedade civil.

(e) Pertinência do projeto com respeito aos objetivos do programa e da rede temática.

Como primeiro ponto os objetivos do programa se enquadram dentro do que se propõe o programa URB-AL: o fortalecimento das capacidades estruturais das autoridades locais mediante a formação dos seus recursos humanos, o melhoramento da capacidade de gestão das coletividades locais e a difusão de boas práticas de desenvolvimento de políticas locais em cidade da América Latina e Europa.

Com relação aos objetivos específicos da Rede nº 12, se contempla estabelecer um sistema de implementação de boas práticas e a elaboração de projetos comuns destinados a melhorar a qualidade de vida das mulheres nas cidades.

(f) Pertinência do projeto com respeito às prioridades do programa e da rede temática.

A temática de emprego é uma ferramenta fundamental para a promoção de uma cidadania ativa para as mulheres. O aumento da desigualdade na distribuição da riqueza e o retrocesso das políticas de bem-estar tiveram maior impacto nas mulheres, sobretudo na América Latina. Uma das ações que se propõe desde a Rede 12 é o “desenvolvimento de projetos comuns que permitiram às mulheres reduzir os possíveis impactos negativos do mercado global em sua vida ou bem-estar pessoal”.

1.7 Descrição detalhada das atividades

Atividade 1: Identificação das experiências de boas praticas existentes nas cidades, tanto das que se desenvolvem a nível governamental como a nível das organizações sociais destinadas a favorecer a inserção laboral das mulheres, como Programas de Empregos destinados a mulheres; programas de atenção à violência familiar que contemplem ações destinadas a melhorar a situação de empregabilidade das mulheres; organizações de mulheres da sociedade civil relacionadas com atividades produtivas e/ou de capacitação laboral; micro-empresendimentos liderados por mulheres; outras experiências desenvolvidas que sejam de interesse para o projeto, tanto a nível estatal como da sociedade civil.

O desenho do questionário comum para o recolhimento de dados será elaborado pelo sócio externo, em função dos critérios e prioridades que proponham as cidades sócias. Cada cidade sócia recolherá os dados e a sistematização será efetuada pelo sócio externo, que enviará a mesma a cada uma das cidades sócias com um mínimo de quinze dias de antecipação do primeiro encontro.

Atividade 2: Primeiro encontro das cidades participantes. Será realizado na cidade de Rosário, Argentina, com duração de três dias. Participarão dois representantes de cada cidade sócia (um pela Área da Mulher e um pela Área de Emprego) de cada uma das cidades sócias, um representante do sócio externo e um profissional internacional.

Durante o mesmo será determinado:

Exposição por parte de cada cidade sócia do ponto mais importante do levantamento realizado.

A apresentação das conclusões das sistematizações das boas práticas a cargo do Sócio Externo.

Reflexão coletiva das experiências levantadas, procurando detectar possíveis modelos a serem replicados nas distintas cidades. Se contará com o apoio do sócio externo e do profissional internacional.

Reflexão do profissional sobre as experiências apresentadas e a contribuição teórica sobre a problemática de emprego desde a perceptiva de gênero.

Elaboração de pautas gerais para a capacitação das equipes técnicas das áreas Mulher e Emprego das cidades sócias.

Acordo sobre os pontos a serem considerados na sistematização dos resultados do Primeiro Encontro.

Atividade 3: Sistematização dos resultados do primeiro encontro das cidades sócias. Será realizado pelo sócio externo e será enviado a cada uma das cidades em um prazo máximo de quinze dias após o primeiro encontro.

Atividade 4: Desenho de um módulo de capacitação específico para as equipes técnicas das Áreas Mulher e Emprego em cada uma das cidades sócias. Este módulo será elaborado por cada cidade em função dos resultados do Primeiro Encontro.

Atividade 5: Capacitação interna das equipes técnicas em cada uma das cidades de acordo com o módulo desenhado podendo incluir cada cidade a contratação de um profissional. A capacitação envolverá a todos os integrantes das Áreas Empregos e Mulher, podendo-se incluir personalidades dos governos locais.

Atividade 6: Consulta a sociedade civil, especialmente a organizações de mulheres ou que trabalhem temáticas relacionadas com a problemática de emprego das mulheres, mediante a realização de encontros, pesquisas ou outras atividades que levantem as dificuldades e necessidades específicas das mulheres, na sua inserção no campo de trabalho, que devem ser consideradas no desenho das políticas públicas de emprego.

Atividade 7: Compilação da experiência em cada uma das cidades. O sócio externo elaborará um questionário comum para a sistematização de cada experiência. Com este material realizará a compilação que será enviada a cidades sócias com, ao menos, quinze dias antes do Segundo Encontro.

Atividade 8: Realização do segundo encontro das cidades participantes. A reunião terá lugar em Sabadell, Espanha, durante três dias, com a participação de dois representantes de cada cidade sócia, um representante do sócio externo.

Atividade 9: Elaboração e difusão do documento final do projeto. O sócio externo sistematizará os resultados contemplando a informação recolhida no primeiro levantamento e a experiência piloto desenvolvida em cada uma das cidades e as conclusões do primeiro e segundo encontro. O mesmo será difundido com uma publicação que será enviada a todos os sócios da Rede 12 nas webs de cada uma das cidades participantes, da coordenação da Rede e webs intercontinentais que abordem as temáticas de emprego e/ou mulher.

1.8 Metodologia

(a) Método de execução:

A execução do projeto se desenvolverá com uma metodologia participativa, na qual a cidade coordenadora terá a seu cargo:

- Coordenar a realização das atividades do projeto comum, de maneira conjunta com os demais sócios, fazendo-se responsável da circulação da informação entre os mesmos.
- Garantir a disponibilidade dos documentos prévios para o trabalho a realizar-se nos dois encontros previstos. Controlar a redação, realizar as traduções necessárias e transmitir os documentos gerados nos encontros.
- Supervisionar o material produzido pelo sócio externo.
- Organizar os encontros entre os participantes do projeto, em colaboração com a cidade-sede da mesma.
- Fazer o acompanhamento completo do projeto.
- Publicar o documento final do projeto.
- Cuidar da participação ativa de cada sócio.
- Administrar e distribuir os recursos do projeto, em consenso com os sócios.

Os demais sócios, por sua parte, se comprometem a:

- Realizar as atividades previstas no projeto.
- Responsabilizar as suas cidades pelas contribuições que lhes correspondem.
- Elaborar e transmitir as atividades do projeto comum, assim como os documentos respectivos.
- Redigir os informes de suas cidades a partir das pautas estabelecidas.
- Colaborar na organização das reuniões de trabalho e dos documentos finais.
- Garantir a participação da sociedade civil nas atividades previstas no projeto.
- Difundir os resultados dos projetos.

Em particular, a Cidade Coordenadora (Rosário) organizará e será a anfitriã do Primeiro Encontro e Sabadell será a anfitriã do Segundo Encontro.

(b) Razões que justificam a eleição da metodologia proposta.

A metodologia proposta indica a sustentação permanente de um contato entre as cidades sócias para favorecer o intercâmbio e a produção em comum.

Isto será alcançado com a participação de cada cidade no recolhimento de informação sistematizada; nos dois encontros presenciais e na realização das atividades propostas em cada cidade.

Ao núcleo do grupo se levará um diálogo virtual permanente que permitirá o intercâmbio de idéias e o segmento coletivo do projeto, fundamental para o desenvolvimento com êxito do projeto;

Ainda assim, em todas as ações se promove à articulação entre as áreas mulher emprego e a interação com a sociedade civil.

(c) Se o projeto for uma prolongação de outro já existente, se pede explicar em que forma se baseia nos resultados deste último.

Não é continuação de nenhum projeto anterior.

(d) Procedimentos de avaliação interna.

A cidade coordenadora realizará um plano operativo que incluirá as atividades, tempos e orçamentos previstos para a realização do projeto que servirá para o encontro da gestão do mesmo.

(e) Grau de participação e atuação no projeto das demais entidades (associadas ou outras).

O sócio externo será o encarregado de elaborar as pautas para o levantamento das experiências e a posterior sistematização dos mesmos, assim como a elaboração dos documentos posteriores aos encontros previstos entre as cidades sócias.

As organizações da sociedade civil com interesse na temática da mulher e do emprego participaram como representantes da comunidade contribuindo com sua visão e demanda com relação a esta problemática, gerando, além disto, espaços formais de interação entre a sociedade civil e governos locais.

(f) Razões que justificam o papel de cada sócio.

Todas as cidades sócias têm um compromisso político com desenvolvimento e implementação de políticas destinadas a favorecer a situação das mulheres, reconhecendo a situação de discriminação em que elas se encontram.

As cidades latino-americanas contam com uma experiência maior no trabalho e desenho de políticas participativas.

Nas cidades de Santa Rosa de Copán (Honduras) e Nueva San Salvador, também conhecida como Santa Tecla (El Salvador) não contam atualmente com oficinas específicas destinadas ao desenho e implementação de políticas específicas destinadas às mulheres, mas mostram um interesse especial em reverter situações de desigualdade de gênero.

Neste sentido desenvolveram ações que incluem a participação da sociedade civil, mediante políticas participativas:

Nueva San Salvador: no marco do eixo de trabalho municipal “ Santa Tecla Participativa” se criou a Mesa Cidadã de Mulheres, onde se realizou o Diagnóstico da Política de Equidade de Gênero, o que derivou na conformação da Unidade de Gênero, criada a partir da consignação de orçamento da Gerencia de Projeção social para o final de dezembro de 2002.

Santa Rosa de Copán: Em função de um levantamento realizado desde o governo municipal e Comisión Ciudadana de Mujeres Solidarias de Santa Rosa de Copán, será criado neste ano o Centro de la Mujer Copaneca. Dentro das problemáticas detectadas terá prioridade fortalecer o papel das mulheres dentro do esquema de desenvolvimento sócio-econômico local.

São Paulo: A Coordenadoria Especial da Mulher criada, em 1989, é o organismo do governo responsável por propor, elaborar e acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas dirigidas às mulheres no município.

Vinculada a Secretária de Governo Municipal/Gabinete do Prefeito, a Coordenadoria é um organismo meio, que busca dar unidade e coerência as políticas municipais do ponto de vista de gênero. Isto significa trabalhar em conjunto com as Secretarias na elaboração de propostas e programas específicos, acompanhar a sua implementação e colaborar para o desenvolvimento das políticas nas diferentes áreas de atuação da administração municipal, com o objetivo de promover uma nova perspectiva de gênero nas políticas públicas.

Nosso desafio é criar políticas concretas nas diferentes áreas de atuação do governo municipal, alterem a qualidade e as condições de vida das mulheres.

Nesta perspectiva o Município de São Paulo, se lançou no desafio de através de uma rede do programa **URB – AL**: “Emprego e Cidadania Ativa das Mulheres”, a Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura de São Paulo, mapear e acompanhar experiências de grupos, com protagonismo ou totalmente, formados por mulheres que tenham obtido, através de sua organização, algum sucesso na promoção da autonomia econômica, social e política bem como transformações socioculturais em suas vidas.

Nossa preocupação com as questões de emprego e geração de renda, voltado para mulheres é um dos eixos políticos ao qual nos debruçamos.

Rosário (Argentina) tem um desenvolvimento importante e é uma cidade de grande reconhecimento internacional no tema de políticas de equidade de gênero. Seu plano de Igualdade de Oportunidades entre homens e mulheres 2001 – 2004 (**PIO**) é o primeiro plano elaborado por um governo local na Argentina. Foi desenvolvido em conjunto com organizações de mulheres representantes de colégios profissionais e mulheres acadêmicas, onde se identificaram os principais eixos e ações para o desenho e implementação de políticas tendentes a melhorar a situação das mulheres no âmbito local. Por esse plano, a cidade de Rosário recebeu no mês de Março de 2003 o prêmio “III Concurso Regional de Ações Afirmativas Promotoras da Participação das Mulheres no Poder Local”, organizado por **UNIFEM** e o programa de gestão urbana (Nações Unidas).

Com relação às políticas específicas destinadas a melhorar a situação sócio – laboral das mulheres, no marco da rede 5 do programa URB – AL (Projeto R5 – P2 – 01). Rosário, como sócia do projeto, começou a desenvolver ações concretas como detectar capacitação e fortalecimento dos empreendimentos produtivos liderados por mulheres na cidade.

O Município de Rosário conta ainda com uma Direção de Emprego e Empreendimentos Sociais com ações destinadas à capacitação, assistência técnica e apoio à comercialização de produtos para a geração de ingressos.

Nas cidades européias a história do trabalho em temas relacionados com a mulher e emprego têm maior desenvolvimento, já que vieram se desenvolvendo desde

mais de duas décadas. Neste sentido Sabadell (Espanha) além de contar com políticas específicas destinadas as mulheres conta com programas na área de empregos onde oferecem serviço individualizado que acompanha a mulher em seu itinerário rumo a integração social e profissional através de diferentes serviços e/ou programas que contemplam entrevista ocupacional, ações grupais, bolsa de trabalho, etc. Isto tudo se realiza com suporte de outros departamentos e entidades do próprio município e implicando organizações empresariais. Contam, ainda com programas muito específicos para aquelas mulheres que representam um conjunto importante de déficit associados e que necessitam intervenções muito singulares e longe do modelo padrão. São programas integrais muito mais flexíveis e que se adapta a cada mulher, que necessita e conta desde o principio com mais recursos profissionais e materiais.

Por sua parte, o outro sócio Europeu a esse projeto o município de Marsella (França) centra sua atividade na Dirección de la Acción Familiar dos Direitos da Mulher (D.A.F.D.F.). Essa direção municipal trabalha com uma equipe multidisciplinar, cuja preocupação inicial é ligar e colaborar com o crescente mundo associativo que desenvolve na zona (existem mais de 180 associações em Marsella dedicadas ao tema Mulher e Família). Se bem que D. A.F.D.F. trabalha em diversos ramos e especificidade relacionados com a temática da mulher, uma das suas principais linhas de ação é a orientação profissional e a procura de empregos, com ênfase especial no trabalho rumo a promoção do setor da Economia Social e Familiar. Como também a direção é referente técnico no tema de mulheres e família da Área de desenvolvimento social urbano.

Outro valor primordial que esta intimamente relacionada com a problemática da participação das mulheres no âmbito publico é o que se refere ao regulamento do tempo para si, para a vida profissional, familiar ou coletiva já que muitas vezes esses tempos se sobrepõe e são competitivos. O Município de Marcella conta com uma experiência importante nesse tema de grande utilidade para o desenvolvimento projeto, dado que conta com as “Oficinas dos Tempos”, na qual abordam estas problemáticas.

Por sua parte, o Sócio Externo (FUNDE, El Salvador) esta trabalhando na realização de mapeamento de instituições e municípios em El Salvador que estão promovendo e executando iniciativas econômicas para mulheres. Atualmente estão sistematizando uma experiência denominada Fondo de Contrapartidas para el desarrollo Local de Santa Tecla (Nueva San Salvador, El Salvador) consiste em uma aliança multi-setorial, da qual participam empresas privadas, a municipalidade organizações não governamentais e comunidades em geral. Funde, portanto dará ao projeto sua experiência em matéria de participação cidadã, planejamento participativo e desenho e sistematização de experiências sociais.

(g) Equipe proposta para a execução do projeto – É obrigatória anexar o curriculum vitae das pessoas indicadas.

- Sobrenome e nome: Pallotti, Mariela Inês
- Data e lugar de nascimento: 24/08/1971, Buenos Aires, Argentina

- Estado civil: Solteira
- Endereço particular: Guemes 2041 4º andar apto A (S2000AEE) Rosário, Província de Santa Fé, Argentina.
- Telefone particular: ++54 341 4491870
- Endereço profissional: Santa Fé 638 1º andar (200) Rosário, Província de Santa Fé, Argentina
- Telefone profissional: ++ 54 341 4802444 ramal 105. Fax ++ 54 341 4802326
- E-mail: areamujer@rosario.gov.ar
- Formação profissional:
- Licenciatura em matemática aplicada, Faculdade de engenharia química, universidad Nacional del Litoral.
Pós-graduação: Cursando o último ano do mestrado El Poder y la Sociedad desde a perspectiva de gênero, Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional de Rosário.
- Idiomas: Espanhol, Inglês escrito e oral e conhecimento de francês.
- Outras qualificações: Amplos conhecimentos em informática.
- Posição atual: Responsável de Cooperação Internacional e Formulação de Projetos da Área da Mulher, Secretária de Promoção Social, Municipalidade de Rosário.
- Experiência profissional: Na área da mulher desde abril de 2000
- Principais áreas de experiência: apoio ao micro-empresendimento produtivo para mulheres.
- Outras experiências:
- Do centro universitário de 1998 até fim de 1999. Facultad de Arquitrctura, Diseño y Urbanismo, Universidad Nacional del Litoral.
- Docente universitário desde setembro de 2000 até maio de 2003, Facultad de Ciências exactas, Ingenieria y Agrimensura, universidad Nacional de Rosário.
- Participação do Programa Jóvenes Dirigentes Argentinos, organizados pelo el Ministere de Affaires Etrangeres de Francia. Paris, de 17 de setembro a 12 de outubro de 2001.
- Membro do Foro Cono Sur de Mujeres Políticas, coordenado pela Fundación Friedrich Ebert, desde 2000.
- Participação como disertante no fórum regional “Empleo e Deserrallo Local com Enfoque de gênero”, Assunção, Paraguai, 10 e 11 de setembro de 2002. VII Cumbre de Mercociudades, Unidad temática Género e Municipio.
- Participação como disertante no Seminário Regional “Empleo y Ciudadania Activa de las Mujeres” Montevideú, Uruguai. 16 e 17 de setembro de 2003. VIII Cumbre de Mercociudades, Unidad Temática Género y Municipio.

1.9 Duração e plano de atuação

A duração do projeto será de 24 meses.

Observação: No plano de ação orientativo não se devem mencionar as datas reais e sim começar por “mês 1”, “mês 2”, etc. Recomenda-se aos solicitantes prever uma margem de segurança no plano de atuação. Esta não deve incluir descrições

detalhadas das atividades e sim unicamente o título das mesmas (Se pede ter certeza que os títulos indicados correspondem aos que são citados na seção 1.7).

O plano de atuação do 1º ano de execução devera ser suficientemente detalhado para permitir termos uma idéia da preparação e execução de cada atividade. O plano de atuação para o ano seguinte (Segundo a duração do projeto) pode ser de caráter mais geral e somente indicar as atividades principais previstas para este ano. [3] O plano de atuação deverá ser redigido e adaptado ao seguinte modelo:

Ano	Atividade	Lugar (população)	Organismo responsável pela execução
Ano 1			
Mês 1	Seleção dos indicadores para o levantamento de experiências		Todos
Mês 2	Elaboração do questionário comum para o levantamento em cada uma das cidades		Funde
Mês 3 ao 5	Recolhimento de dados com base ao questionário elaborado		Todos
Mês 6	Sistematização dos dados recolhidos pelas cidades		Funde
Mês 7	1º encontro dos membros do projeto	Rosário	
Meses 8 ao 15	Desenho e implementação o módulo de capacitação destinada aos membros das equipes técnicas das áreas de emprego e mulher		Todos
Meses 16 ao 19	Trabalho conjunto com a sociedade civil		Todos
Mês 19	2º encontro das cidades	Sabadell	
Mês 20	Sistematização dos resultados		Funde
Mês 23	Elaboração das publicações		
Mês 24	Difusão das conclusões		Todos

2. Resultados previstos

2.1 Repercussões previstas sobre as coletividades locais

O projeto prevê as seguintes repercussões nos âmbitos locais:

1. A identificação de boas práticas e a análise conjunta das mesmas favorecerão a implementação de futuras políticas públicas que recolham a lições aprendidas.
2. A capacitação conjunta e o trabalho compartilhado neste projeto incidirão em uma articulação maior entre as áreas mulher e emprego, permitindo a transversalização da perspectiva de gênero e favorecendo a implementação de políticas de inserção socio-laboral mais eficazes para mulheres.
3. A participação das mulheres através das organizações, na discussão de políticas públicas trará juntamente um exercício de sua cidadania ativa, situando-as como sujeitos de direitos com capacidade de estabelecer demandas.
4. A realização em cada cidade das atividades previstas no marco de um projeto de Cooperação Internacional entre Europa e América Latina colaborará a instalação da temática da situação profissional das mulheres nas agendas públicas locais.
5. A produção de informação sistematizada e do documento final melhorará o conhecimento a cerca do Estado de situação da temática e da situação sócio profissional das mulheres entre as equipes técnicas políticas e acadêmicas de cada cidade sócia.

2.2 Publicações e outros resultados

6 Levantamentos de boas práticas em políticas de inserção socio-laboral para mulheres, realizados em cada cidade sócia de acordo com a sua realidade particular e suas necessidades.

1 Pauta de capacitação geral para o trabalho com equipe técnicas das áreas de emprego e mulher.

6 equipes técnicas capacitadas das áreas de emprego e mulher de cada cidade sócia.

6 programas de capacitação adaptados às necessidades de cada cidade sócia.

6 consultas à sociedade civil sobre as demandas e visões referentes ao tema copilado em um documento único.

1 publicação final contendo as sínteses do que foi produzido pelo projeto que contribuições teóricas dos distintos participantes.

2.3 Efeitos multiplicadores

Considera-se que os documentos produzidos devem ser utilizados com facilidade por outros municípios interessados em melhorar a inserção sócio profissional das mulheres.

É factível tomar as pautas de “boas práticas” para analisar as iniciativas existentes em outras cidades. Os modelos formativos tanto no seu conteúdo como na metodologia podem servir para a capacitação e articulação das áreas de emprego e mulher em outros governos locais.

A publicação final e todos os outros documentos podem ser incluídos na página web da Rede 12, para servir aos outros grupos de mulheres ou pesquisadores/as interessados/as no tema tanto pelos dados concretos recolhidos como pelas reflexões teóricas.

2.4 Repercussões a curto e longo prazo

A curto prazo se prevê que o projeto faça impacto ao interior dos governos locais vinculando a sempre presente preocupação para o emprego com as necessidades específicas das mulheres, instalando os temas nos meios de comunicação e provocando discussões sobre o tema na sociedade.

Se espera ainda que a articulação entre políticas de inserção laboral e direitos das mulheres continuem no tempo sustentadas pelo próprio município, já que não são necessários grandes orçamentos para articulação de políticas e capacitação de ações realizadas no projeto envolvem pessoal técnico permanente nas áreas de emprego e de mulher.

Além do envolvimento da sociedade civil nas consultas e discussões sobre o tema favorecerão o intercâmbio de espaços permanentes onde governos locais e sociedade civil discutam as futuras políticas de inserção sócio laboral para as mulheres.

Organização da Municipalidade

A Municipalidade de Rosário conta em sua estrutura de governo com: um Poder Executivo, representado por um prefeito, responsável máximo do poder executivo municipal e das secretarias (Geral, Governo, Fazenda, Obras Públicas, Serviços Públicos, Planejamento Urbano, Saúde Pública, Promoção Social, Produção e Cultura e Educação) que contam com 30 direções gerais; e um honorável Conselho Municipal o qual conta com 42 conselheiros[5].

As políticas implementadas no município se decidem por iniciativa do Prefeito e seu Gabinete Executivo, com o apoio e a recomendação de suas equipes técnicas, sobre tudo que se refere à administração geral do município e ao cumprimento do seu plano de governo. Em grande quantidade de temas se fazem consultas a grupos comunitários (Plano Estratégico, Orçamento Participativo,

Plano de Igualdade de Oportunidade Entre Homens e Mulheres ou projetos participativos em Saúde, por exemplo). Alguns programas estão a cargo do governo nacional (registro de desempregados, subsídios a chefes de família, alguns planos alimentícios). Em certos casos, se produz pressão desde os grupos interessados (por exemplo, no caso do transporte urbano de passageiros ou na distribuição de planos de emprego).

Um dos eixos principais trabalhados nos últimos anos desde a gestão municipal tem sido a descentralização administrativa e política.

O forte da atividade comercial, empresarial, administrativa e cultural de Rosário se desenvolve em uma área que não abrange mais de cinco dos seus 180km² de superfície.

A descentralização gera a consolidação e o desenvolvimento de novos âmbitos cidadãos capazes de dar resolução às suas problemáticas e de planejar seu futuro com claro conhecimento de suas prioridades e interesses.

O distrito conforma a área de influência de cada Novo Centro Municipal e um território mais delimitado para precisar as seguintes questões: a organização das tarefas vinculadas à desconcentração funcional e operativa de serviços; a coordenação das atividades a serem desenvolvidas pelas distintas áreas (Saúde, Promoção Social, Cultura, etc); a organização das estruturas comunitárias, enquadradas no novo modelo de gestão; a redefinição das políticas públicas a impulsionar pela administração. Para os fins mais específicos, cada município poderá por sua vez englobar novas subdivisões, de acordo às demandas derivadas das questões antes assinaladas.

Atualmente em Rosário se encontram habilitados três dos seis Centros Municipais de Distrito, o Centro de Distrito Municipal Norte “Villa Hortensia”, cujo funcionamento se estabeleceu em um velho casarão recuperado de grande valor histórico e social para a cidade, o Centro Municipal do Distrito Oeste “Felipe Moré” e o Centro Municipal Distrito Sul “Rosa Ziperovich”.

Cooperação Internacional

➤ Programa URB-AL

Trata-se do programa de cooperação horizontal e descentralizada mais importante da União Européia, Rosário exerce a coordenação da Rede N°. 7 “Gestão e Controle da Urbanização” e participa como sócia ativa de outras de suas redes.

➤ Mercocidades

Rosário é membro da Rede de Cidades do Mercosul e integra seu Conselho. Esta é uma rede horizontal de articulação, de cooperação e solidariedade política, cultural e econômica entre cidades do cone sul, que tem por objetivo desenvolver ações e esforços para intercambiar conhecimentos e incrementar a solidariedade entre os governos locais, superando os limites meramente comerciais dos processos integrativos clássicos e aprofundando os laços históricos e culturas entre nossos povos.

➤ Centro Ibero-americano de desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU)

É uma associação de cidades que na atualidade conta com mais de 50 membros de países ibero-americanos, comprometidos no esforço compartilhado da Planificação Estratégica Urbana para o desenvolvimento econômico e social. É um dos programas de cooperação das Cúmes Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo. Seus objetivos são: impulsionar a realização de planos estratégicos urbanos com metodologias e instrumentos que clareiem o futuro das cidades; e favorecer a formação de um mercado de projetos urbanos susceptível de facilitar o progresso das cidades associadas.

➤ **Cidades Educadoras Delegação América Latina**

Cidades Educadoras é um movimento criado em novembro de 1990, a partir da iniciativa do Ajuntamento de Barcelona, Espanha, no qual governos locais se vinculam com o objetivo de trabalhar conjuntamente em projetos tendentes a desenvolver o valor educativo do âmbito urbano em todos os seus espaços, transformando-os em uma escola aberta à comunidade. Esta nova dimensão do conceito cidade implica considerar que a educação das crianças, jovens e cidadãos em geral não é só responsabilidade das instituições tradicionais (Estado, família e escola), mas também é do município, das associações, das instituições culturais, das empresas voltadas à educação e de todas as instâncias da sociedade. Desta maneira, no âmbito dos governos locais, os programas e atividades que se inscrevem dentro do conceito de cidade educadora envolvem a todas as áreas (Saúde, Serviços Públicos, Promoção Social, Cultura e Turismo). A rede de Cidades Educadoras integra 227 municípios de todo o mundo reunidas na Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), com uma Secretaria Geral no Ajuntamento de Barcelona. Em 1996 se decidiu criar a Delegação de Cidades Educadoras do Cone Sul no município de Rosário, Argentina. Seu objetivo fundamental consiste em organizar redes regionais e temáticas no Brasil, Paraguai, Argentina e Chile.

4. Capacidade para gerir e executar projetos

4.1 Experiência em projetos similares

Coordenação Rede 7 Programa Urbal.

A metodologia de trabalho que usou a Rede durante seus mais de dois anos de vida Possibilitou cumprir com suas atividades e alcançar os seguintes resultados:

- **Seminário de Lançamento – Cidade de Rosário Novembro 2000**
 - 59 cidades assistentes: 45 de América Latina distribuídas em 13 países e 14 cidades europeias distribuídas em 6 países.
 - 10 organizações relacionadas com a Temática da Rede (Sócios Externos): 8 de América Latina e 2 de Europa.
 - 116 Representantes de cidades e Organismos tanto da América Latina e Europa.
 - 15 Perfis de Projetos Comuns.

- **1ª Convocatória de Projetos Comuns – Outubro de 2001**

- 11 Propostas de Projetos apresentadas.
- 3 Projetos Comuns aprovados, atualmente em execução
- **1ª Reunião Anual Cidade de Rosário – Abril de 2002:**
 - 44 cidades assistentes: 34 latino-americanas distribuídas em 11 países e 10 cidades européias.
 - 11 organizações